



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama  
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – DConama  
SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar - Asa Norte - 70730-542 – Brasília/DF  
Tel. (61) 2028-2207/2102 - [conama@mma.gov.br](mailto:conama@mma.gov.br)

**Resultado da 105ª Reunião Ordinária do Conama  
(SUMÁRIO EXECUTIVO)**

**Data: 22 de março de 2012**

**Horário: das 09h00 às 18h00**

**Local: Auditório nº 1 Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte - Trecho 2  
Brasília/DF**

**1. Abertura da reunião pela Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Teixeira**

**1.1. Informação do quorum**

**2. Aprovação da transcrição *ipsis verbis* da 104ª Reunião Ordinária, de 23 e 24 de novembro de 2011.**

**O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Francisco Gaetani,** iniciou a reunião após a confirmação do quorum e solicitou ao plenário a aprovação da transcrição da 104ª Reunião Ordinária do Conama, **que foi aprovada na íntegra.**

**Ministra de Estado do Meio Ambiente – Izabella Teixeira (pronunciamento feito no início da tarde)**

Inicialmente a Ministra reiterou seu compromisso com o Conselho e afirmou que sua presença em todas as sessões faz parte da estratégia de valorização e reestruturação do Conama como Conselho superior e importante instância de participação no contexto do desenvolvimento do país. Reforçou que, sempre que possível, o Conama será presidido por ela ou, na sua ausência, pelo Secretário-Executivo. Comentou que o balanço dos últimos três anos é positivo e expressivo, embora muito ainda precise a ser feito. Sobre a Conferência Rio+20, disse que se trata de um momento excepcional para o país. O evento, já em sua fase preparatória, proporciona uma série de debates com vistas ao desenvolvimento sustentável. Lembrou a Eco 92 e os programas pós Eco 92 os quais foram marcos facilitadores para a obtenção de recursos expressivos na área do meio ambiente. Como exemplo citou a Programa Nacional de Meio Ambiente junto ao Banco Mundial que começou suas negociações em 1986 e, em 1992, consolidou-se, demonstrando a necessidade de instrumentos de cooperação internacional. Comentou que atualmente há programas expressivos para conservação da biodiversidade, como o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - Arpa - e o Arco-Verde, que, pela primeira vez, trazem a proposta de descentralização dos recursos para os estados. A Ministra frisou que a fase de consulta pública para a conservação da biodiversidade já está concluída, tendo início agora a fase de negociação, sobretudo no que se refere aos compromissos para a próxima década, que serão discutidos este ano na Convenção que ocorrerá na Índia. Reforçou a necessidade de uma maior ambição para a preservação e recuperação da cobertura florestal do país, com programas mais agressivos e com envolvimento da sociedade. Lembrou a importância da nomeação do ex-Secretário de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA, Bráulio Ferreira de Souza Dias, na Organização das Nações Unidas (Onu) como Secretário-Executivo da Convenção de Diversidade Biológica. A Ministra afirmou que o Brasil está avançando nas políticas ambientais, fortalecendo a gestão da conservação da biodiversidade, em especial quanto à participação dos Estados. Esses são os caminhos trilhados durante os últimos 6 anos e, neste sentido, estão em curso estratégias de combate ao desmatamento e conservação da biodiversidade no bioma

amazônico. Comentou sobre a importância do compartilhamento das experiências com outros países, salientando que a conservação da biodiversidade extrapola o âmbito ambiental, caracterizando-se como um exemplo de gestão múltipla. Sobre o Dia Mundial da Água, a Ministra entende como oportuna reunião conjunta entre o Conama e o CNRH, para a discussão de agenda convergente, de interesses comuns, que abarque temas referentes a áreas rurais e urbanas, como irrigação, enchentes e segurança alimentar. Provocou o Conama para que este tome a iniciativa de convidar o CNRH a mudar o patamar das discussões sobre recursos hídricos. A Ministra também tratou do tema produção e o consumo sustentável em conjunto com a educação. Comentou sobre a necessidade de debate que propicie horizonte para os próximos 20 anos e discuta a estratégia de desenvolvimento qualitativo de consumo sustentável, bem como que se discuta a relação entre cidades e populações. Repassou que o governo está promovendo a convergência das pautas para que a sociedade brasileira como um todo visualize as estratégias ambientais, principalmente para o consumo sustentável. Citou o programa Bolsa Verde como um passo para remuneração e pagamento dos serviços ambientais e disse que o Brasil mudou do ponto de vista socioambiental. No entanto, ainda há desafios a serem superados em parceria com outros setores, em especial com o setor empresarial, devendo o Conama analisar questões concernentes à sustentabilidade empresarial. Ressaltou a necessidade de ampliação dos conhecimentos acerca da sustentabilidade socioambiental, economia verde, política energética, negócios verdes, padrões de qualidade da água e do ar, devendo ser discutidos o novo papel do país no contexto mundial. Neste sentido, disse que uma nova agenda ambiental no país está se abrindo, com o diálogo entre todos os segmentos e com o MMA. Ainda registrou a importância do debate de gênero, ressaltando o papel da mulher no contexto ambiental. A Ministra enfatizou a necessidade de se validar e trabalhar uma nova agenda que valorize a democracia e a inclusão social, em conjunto com as questões ambientais. Sobre a política de controle de desmatamento, a Ministra comentou que a avaliação do resultado dessa política pelo MMA e pela CEPAL está servindo como referência para outros países. A respeito do compromisso dos Estados com a União, a Ministra lembrou a necessidade de se estabelecer pactos, pois as questões ambientais somente poderão ser resolvidas com decisões tomadas em conjunto. Comentou do orgulho de ser servidora pública e Presidente do Conama, da complexidade dos trabalhos para a solução dos problemas da qualidade do ar. Disse que se tem hoje um momento excepcional quando da redefinição do Código Florestal e da discussão de soluções para problemas existentes nas diversas esferas, com o envolvimento inclusive dos agricultores familiares e de outros segmentos minoritários. Adicionalmente, defendeu o retorno dos manguezais à condição de APPs e ressaltou a dificuldade de conciliar interesses para se evitar os retrocessos e construir consensos. Reiterou a importância de se proteger áreas de manguezais, mananciais e cobertura vegetal em cidades, em especial as veredas, concluindo que é tempo de avançar nas decisões, sem conflitos, e agregando parcerias. A Ministra igualmente enfatizou que o MMA está resgatando toda a pauta de químicos, incluso mercúrio, já que os garimpos estão voltando à Amazônia. A Ministra teceu comentários acerca dos incidentes recentes de derramamento de petróleo. Ressaltou que o Ibama e o MMA possuem exigências bastante rigorosas e a que a estratégia de prevenção junto à ANP é exemplo no mundo, mesmo com todos os riscos inerentes aos processos produtivos. A Ministra informou aos Conselheiros que o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente - RQMA - está pronto, devendo os seus resultados serem discutidos no Conama. Finalizando, a Ministra falou sobre a adoção do primeiro modelo de Avaliação Estratégica Ambiental realizado em conjunto entre o MMA e o MME no país, na área de petróleo e gás. Disse acreditar que o debate entre todos é obrigatório e que os bons resultados devem ser compartilhados, uma vez que o Conama constitui-se como ator estratégico no cenário ambiental do país. Disse que o Conama deve ser o fórum provocador para os desafios ambientais do país e que os avanços estão na mesa e todos são parte dele para a governança ambiental. Reforçou que aquilo que vier ao Brasil nos próximos 20 anos passará pelo Conselho com a participação de todos. A respeito da Conferência Rio+20, disse que o Rio de Janeiro possui todas as condições e espaços para o engajamento dos participantes. Comentou sobre a dificuldade do setor hoteleiro para o período do evento, contudo, afirma que soluções serão dadas. Por fim, solicitou à plenária a indicação de pelo menos 5 conselheiros para representação dos setores do Conama a participar de comissão para a Rio+20.

### 3. [Apresentação](#) de novos Conselheiros

## 4. Encaminhamentos da Secretaria-Executiva do Conama

4.1. Comunicação à Plenária do resultado das eleições dos [Presidentes e Vice-Presidentes nas CTs em 2012](#)

4.2. Manual de Procedimentos do CONAMA

4.3. Edição Especial do Livro de Resoluções do CONAMA para a RIO+20

4.4. Balanço das Atividades e Gastos do CONAMA

A Diretora do Dconama, Sra. Adriana Sobral Barbosa Mandarinho, comentou sobre os novos integrantes das Câmaras Técnicas (CTs) do Conama, citando os nomes dos eleitos para a presidência e vice-presidência das respectivas CTs, bem como sobre a elaboração de manual de procedimentos que servirá como orientação aos Conselheiros frente às atividades do Conselho.

O Gerente do DConama, Sr. Robson José Calixto, apresentou o balanço dos trabalhos do Conama e, de maneira sintética, as informações quantitativas dos trabalhos das Câmaras Técnicas, das Resoluções publicadas, Moções apresentadas em 2011 e 2012, bem como os gastos com as atividades do Conselho desde 2010. O Gerente comentou, ainda, sobre a revisão, atualização e lançamento da edição especial para a Rio+20 do livro sobre as Resoluções do Conama (1984 – 2012). O Gerente agradeceu ao Ibama pela disponibilização dos serviços de acesso sem fio à internet durante a presente reunião, o que era uma demanda dos Conselheiros há algum tempo.

## 5. Tribuna Livre (15 minutos)

**Ronaldo Vasconcelos – Ponto Terra:** comentou que a Organização Não-governamental Ponto Terra é puramente ambientalista e comemora seus 12 anos de existência com um seminário sobre a água no próximo dia 12 de maio, fazendo o convite a todos os presentes, confirmando e agradecendo a presença do Sr. Maurício Andrés Ribeiro da Agência Nacional de Águas no referido seminário. Fez leitura de [carta de agradecimentos e despedida](#) encaminhada ao Conselho pelo Conselheiro Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro, do Governo de Minas Gerais.

**Paulo Roberto Martini – Comunidade Científica:** fez referência ao projeto Panamazônica (ABC/MRE/INPD/MCT) discutido na Rio 92 e comentou as informações existentes sobre a cobertura florestal e principalmente sobre queimadas evidenciadas e sistematizadas no projeto. Consulta através do link: [www.dsr.inpe.br/laf/panamazonio/dados/html](http://www.dsr.inpe.br/laf/panamazonio/dados/html)

**Francisco Soares – Furpa:** falou sobre a continuidade do impasse na Serra Vermelha - PI, citando que a criação do Parque da Serra das Confusões não solucionou os problemas lá existentes. Adicionalmente, reiterou à ministra de Meio Ambiente a necessidade de um maior apoio ao Ibama, que segundo ele está sucateado com postos deteriorados, falta de recursos humanos e veículos. Pediu ao presidente do Ibama que sejam realizadas visitas às Superintendências no Brasil. Sobre a Rio+20 recomendou e solicitou que os conselheiros sejam consultados, como ocorrido durante a Rio 92, e que o governo, por meio do MMA, coloque o Conama como observador da Rio+20 para não se ausentar da discussão dos tratados e convenções.

**Valtemir Goldmeyer – CNM:** solicitou atenção do MMA para as alterações da legislação no sentido de que os municípios sejam contemplados nos programas federais, pois segundo Valtemir, há o sentimento de exclusão desses entes federativos. Sobre o “Princípio de Parati” com efetiva participação do MMA, reiterou o apoio da CNM, mas reforçou a necessidade de alterações na dinâmica do projeto e que ele contemple os 27 estados do Brasil (e não apenas um estado), ou pelo menos um município por estado. Por último,

encaminhou à mesa da plenária as indicações de titular e suplente da CNM para a comissão tripartite nacional e solicitou à Abema e à Anamma o encaminhamento de suas indicações.

**Zuleica Nycs – Amar:** relatou sua preocupação quanto aos problemas oriundos do uso do amianto e citou um cidadão belga e outro suíço que recentemente foram punidos por negligência com o uso do amianto na Europa, citando um caso específico na cidade de Turim (Itália). Reportou às autoridades, principalmente da Convenção de Roterdã, sobre a necessidade de posicionamento efetivo do governo brasileiro quanto a questões referentes ao amianto. Comentou sobre as dificuldades da Sra. Fernanda Giannasi, profissional que reconhecidamente defende a eliminação do uso do amianto no Brasil, e a homenageou. Ao final, solicitou ao DConama esclarecimentos quanto a propostas de Recomendação anteriormente encaminhadas pela entidade.

**Fábio Agra de Medeiros Nápoles - Secretaria de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba:** comentou sobre o licenciamento da aquicultura no Estado da Paraíba que, segundo ele, é simplificado, em razão de norma estadual. Falou sobre o aterro sanitário da cidade de Campina Grande, onde há informação de que as atividades foram realizadas de acordo com as resoluções, havendo, contudo, obrigação de um licenciamento, em razão de decisão judicial. Nesse sentido, solicitou ao plenário ajuda quanto a esclarecimentos junto ao Ministério Público.

**Miguel Scarcello – Associação SOS Amazônia:** passou a palavra para João Climaco, representante das ONGs no CNRH, que comentou sobre o documento encaminhado à Presidência da República onde é solicitada avaliação do PNRH no atual governo. Segundo João Clímaco atualmente há um esvaziamento e desqualificação do CNRH e fez um apelo para que se recupere a soberania e a importância dos princípios legais de gestão dos recursos hídricos. Reforçou a existência de descasos na área. Citou o Estado da Bahia como exemplo e pediu ao Conama a verificação de atendimento de encaminhamento realizado à Presidência da República, bem como a intervenção do Secretário Executivo nesse sentido. Miguel Scarcello comentou sobre as unidades de conservação na Amazônia e sobre o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). Cobrou informações acerca da implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, das ferramentas da gestão compartilhada e sua operação, reforçando sua importância na gestão das unidades de conservação de proteção integral. Finalizou comentando a realização do Termo de Compromisso do ICMBio com as famílias nessas áreas.

**Antônio Eustáquio – Mover:** comentou sobre as associações de catadores de lixo que utilizam recursos do governo federal. Ressaltou a importância de um Plano Nacional de Resíduos Sólidos para evitar desperdícios de recursos devido a problemas de gestão. Tal plano deveria dar estrutura digna aos catadores, bem como incluir a prevenção de incêndio como o ilustrado em vídeo que apresentou.

**Marli Terezinha Santos – TO:** solicitou providências para solucionar o impasse existente atualmente quanto ao licenciamento dos postos de combustível. Segundo Marli, há divergência entre resolução CONAMA e ANP que tratam do licenciamento: enquanto o CONAMA exige o cadastro junto à ANP para realizar o licenciamento, a ANP solicita o licenciamento para realizar o cadastro.

**Paulo Nogueira Neto - ADEMASP:** homenageou o Geógrafo Aziz Ab'Saber e pediu um minuto de silêncio em virtude de seu falecimento.

## **6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e, por escrito, de requerimentos de urgência**

Houve solicitação, por parte da Secretaria-Executiva do Conama, de inversão de pauta, colocando à frente a Resolução *ad referendum* (item 7.3.), que modificou as datas das reuniões do Conselho, uma vez que o texto deveria apenas ser referendado, sem interromper a sequência de discussão das demais matérias.

Sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), item 7.14, o MMA retirou a matéria de pauta, visto que foi avaliado encaminhamento de apreciação pela Câmara Técnica de Qualidade e Gestão de Resíduos. Retirada a matéria, o Ministério invocou o art. 18 do Regimento Interno do Conselho, requerendo a adoção do regime de urgência na apreciação da matéria, o que foi aprovado pela Plenária.

## 7. Ordem do Dia

### RESOLUÇÕES

#### 7.1. [Processo nº 02000.002726/2010-92](#) - Revisão da Resolução nº 418/2009 no que tange a Tabela 3 - Limites máximos de emissão de CO corrigido, HC corrigido (...).

Interessado: Confederação Nacional da Indústria - CNI

Procedência: 104ª RO. Data: 23 e 24/11/2011.

Tramitação: A matéria foi apreciada pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos (CTAJ) em sua 64ª reunião, em 26 e 27 de outubro de 2011, sendo aprovada com emendas e remetida ao Plenário para apreciação. Durante a 104ª RO a matéria recebeu pedido de vista das ONGs Proam e Planeta Verde.

Relatores: Proam e Planeta Verde.

**Matéria aprovada sem emendas, após a apresentação dos pareceres e a discussão do assunto.**

#### 7.2. [Processo nº 02000.000216/2011-61](#) – Complementação da Resolução nº 417/2009, que definiu vegetação primária e estágios sucessionais secundários de vegetação de Restinga.

Interessado: MMA.

Procedência: 104ª RO. Data: 23 e 24/11/2011.

Tramitação: durante a 104ª RO do CONAMA foram aprovadas as minutas referentes aos Estados AL, BA, CE, ES, PB, PE, PI, PR, RN, RS, e SE, após pedido de vista realizado na 102ª RO, em 25 e 26/05/11, ficando pendente de apreciação a proposta referente ao RJ, pautada para a 105ª RO. O Estado de SC teve sua minuta arquivada, pois alegou já possuir resolução Conama sobre o assunto e que esta atendia suas necessidades. A minuta do Estado de SP foi devolvida à Câmara Técnica de Biodiversidade, ainda por ocasião da 62ª CTAJ, em 05 e 06/05/2011, e hoje constitui processo específico. Quanto à minuta do RJ, houve retirada de pauta da matéria na 104ª RO, que retorna à 105ª RO para apreciação da nova lista que o Estado sugere.

Relatores: Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA e Governo do Rio de Janeiro.

**Ministério do Meio Ambiente e Estado do Rio de Janeiro apresentaram seus entendimentos sobre o assunto, no sentido de ser possível melhorar tecnicamente a proposta em pauta, razão pela qual solicitaram, de acordo com o art. 20 do Regimento Interno do Conama, o sobrestamento do assunto, até a 105ª RO, quando a minuta de resolução retornará para apreciação pelo Conselho.**

#### 7.3. [Processo nº 02000.000484/2012-64](#) - Resolução Ad Referendum que altera a resolução nº 434/2011, que instituiu o calendário de reuniões ordinárias do CONAMA para o ano de 2012.

Interessado: MMA.

Procedência: Ad Referendum.

Tramitação: Resolução nº 449, de 5 de março de 2012, publicada no DOU nº 45, de 6 de março de 2012.

**A proposta foi referendada pela Plenária, sem modificações.**

### RECOMENDAÇÕES

**7.4. [Processo nº 02000.000999/2010-01](#) - Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Leste e Calha Norte do estado do Pará.**

Interessado: MMA

Procedência: 1ª CTAJ. Data: 15 e 16/02/12.

Tramitação: A matéria foi aprovada na 1ª reunião da Câmara Técnica de Gestão Territorial, Unidades de Conservação e demais áreas protegidas, realizada nos dias 01 e 02 de fevereiro e em seguida aprovada na 1ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, com recomendações ao Plenário.

Relator: Presidente da CT de Gestão Territorial, Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas.

Recomendação aprovado sem emendas, após a apresentação do assunto e sua discussão.

**7.5. [Processo nº 02000.000772/2011-38](#) – Proposta de Recomendação que trata da adoção Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em UC.**

Interessado: MMA

Procedência: 1ª CTAJ. Data: 15 e 16/02/12.

Tramitação: A matéria foi aprovada na 1ª reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, realizada no dia 31 de janeiro e em seguida aprovada na 1ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.

Relator: Presidente da CT de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

Recomendação aprovada sem emendas.

## MOÇÕES

**7.6. [Processo nº 02000.001816/2011-47](#) – Proposta de moção dirigida ao MMA e ao ICMBio referente à Lei Anti-Babaçu aprovada no Maranhão.**

Interessado: Furpa.

Procedência: 104ª RO. Data: 23 e 24/11/2011.

Tramitação: Proposta não apreciada na 103ª RO. A mesa, compreendendo a natureza do assunto, comprometeu-se a trazer a área técnica do Ministério do Meio Ambiente para prestar esclarecimentos à Plenária.

Relator: Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA.

Houve perda do objeto da moção, em razão de já ter havido a revogação da Lei Anti-Babaçu, pela Lei do estado do Maranhão de nº 9537.

**7.7. [Processo nº 02000.001818/2011-36](#) – Proposta de moção dirigida ao MMA e ao Ibama para que apresentem ao plenário do Conama relatório sobre os processos de licenciamento ambiental das usinas nucleares Angra 1, 2 e 3.**

Interessado: Furpa.

Procedência: 104ª RO. Data: 23 e 24/11/2011.

Tramitação: A mesa, compreendendo a natureza do assunto, comprometeu-se a garantir presença do IBAMA à próxima reunião do Conama para esclarecer à Plenária.

Relator: IBAMA.

Com a apresentação do informe prestado pela ELETRONUCLEAR e pelo IBAMA, a moção perdeu o objeto.



**7.8. [Processo nº 02000.002345/2011-94](#) - Proposta de moção dirigida ao Ibama, referente ao vazamento de óleo de uma plataforma operada pela companhia Chevron, na Bacia de Campos/RJ, para que o Instituto opere medidas capazes de coibir novos acidentes, mensure os danos ocasionados e determine a indenização dos pescadores afetados.**

Interessado: FURPA.

Procedência: 104ª RO. Data: 23 e 24/11/2011.

Tramitação: O MMA pediu vista.

Relatores: MMA e IBAMA.

Moção rejeitada pelo plenário.

**7.9. [Processo nº 02000.002340/2011-61](#) - Proposta de moção de apoio às proposições resultantes do Seminário de Economia Verde no Cerrado e do III Seminário de Agroextrativismo no Cerrado, promovidos pela Ecodata, para que sejam inseridas nas discussões do Brasil para a Rio +20. Proponentes: ECODATA e outros.**

Interessado: ECODATA

Procedência: 104ª RO. Data: 23 e 24/11/2011.

Tramitação: O MMA pediu vista.

Relatores: Secretaria de Biodiversidade e Florestas e Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural/MMA.

Moção rejeitada pelo plenário.

**7.10. [Processo nº 02000.002339/2011-37](#) - Proposta de moção de apoio à investigação conduzida pela Polícia Federal referente às causas do vazamento de óleo na Bacia de Campos/RJ, na plataforma operada pela companhia Chevron.**

Interessado: AMAR.

Procedência: 104ª RO. Data: 23 e 24/11/2011.

Tramitação: O MMA pediu vista.

Relatores: MMA e IBAMA.

Proposta de moção foi retirada pelo proponente com encaminhamento de arquivamento. O Ibama propôs a apresentação de esclarecimentos mais detalhados sobre o assunto na próxima reunião plenária. As Entidades Ambientais da Região Norte (Kanindé) e Entidades Ambientais da Região Sul (Amar) solicitaram encaminhamento de convite ao Ministério Público para que também possa repassar informações sobre o caso na próxima plenária.

**7.11. [Processo nº 02000.002341/2011-14](#) - Proposta de moção de solidariedade à comunidade Kaiowá Guarani, do acampamento Tekoha Guaviry, de Amambaí/MS, que sofreu o ataque de pistoleiros, em 18 de novembro de 2011.**

Interessado: AMAR

Procedência: 104ª RO. Data: 23 e 24/11/2011.

Tramitação: O MMA pediu vista.

Relator: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural/MMA.

Foi pedida votação nominal sobre a matéria. Não houve deliberação por falta de quórum.

**7.12. [Processo nº 02000.002346/2011-39](#) - Proposta de moção de solidariedade aos lançadores de alerta, inclusive pesquisadores da UERJ e da Fiocruz, que denunciam problemas ambientais causados pela empresa Thyssen Krupp na baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro.**

Interessado: AMAR

Procedência: 104ª RO. Data: 23 e 24/11/2011.

Tramitação: O MMA pediu vista.

Relator: Diretoria de Qualidade Ambiental da SRHU/MMA

Não houve deliberação por falta de quórum.

**7.13. [Processo nº 02000.002344/2011-40](#) - Proposta de moção de solidariedade ao pleito do Movimento dos Atingidos por Barragens referente à regulamentação dos direitos das comunidades atingidas por barragens.**

Interessado: AMAR

Procedência: 104ª RO. Data: 23 e 24/11/2011.

Tramitação: O MMA pediu vista.

Relator: Departamento de Gestão Estratégica/MMA.

Não houve deliberação por falta de quórum.

**7.14. [Processo nº 02000.000511/2012-07](#) - Proposta de moção para aprovação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).**

Interessado: SRHU/MMA.

Relator: SRHU/MMA.

O proponente da matéria, MMA, retirou a proposta de moção de pauta, explicando que a matéria tramitará como Recomendação na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, em regime de urgência, que já havia sido aprovado anteriormente pelo plenário do Conselho.

## **8. Informes**

### **8.1. Informe da ELETROBRÁS sobre “Segurança da energia nuclear”.**

Apresentado pelo Sr. Ronaldo Oliveira, Superintendente de Licenciamento e Meio Ambiente da Eletronuclear/Eletróbrás, pelo Sr. José Manuel Francisco da Eletronuclear/Eletróbrás e, também, por Rafael Macedo, Coordenador Substituto de Licenciamento de Energia Elétrica, Nuclear e Dutos do Ibama.

### **8.2. Informe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) sobre Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas - CANIE.**

Não houve o informe.

### **8.3. Informe da Assessoria Extraordinária do MMA para a Rio+20 (ASRIO) sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) – [Rascunho Zero – Futuro que Queremos](#).**

Não houve o informe.

### **8.4. Informe da Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA sobre o Código Florestal.**

A Mesa prestou o esclarecimento de que este informe havia sido planejado para detalhar proposta depois de sua aprovação final, pela Câmara dos Deputados, o que ainda não ocorreu.

## **9. Encerramento**